



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIM
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

000056
20

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 11/2023 – PMB
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 2023.1106.068
ART 24, IV, LEI FEDERAL Nº 8.666/93

JUSTIFICATIVA

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Boquim/SE, devidamente nomeada pela portaria nº 01 de 02 de Janeiro de 2023, reuniu-se com o objetivo de justificar a **dispensa de licitação** para : Locação de dois veículos tipo caminhões, modelo toco, com 6 pneus, motor à diesel turbo com potência mínima de 175 CV, com coletor compactador de lixo urbano, com capacidade mínima de 15 m³ de carga, com tomada de força, carregamento traseiro, placa de compactação, placa injetora e sistema de sinalização, devendo ser fechada e estanque para evitar o despejo de líquidos nas vias públicas e serem providos de mecanismo de descarga automática, com compartimento de no mínimo 100 (cem) litros para armazenamento de líquidos gerados pela compactação (chorume), e equipados com os demais equipamentos e dispositivos conforme legislação em vigor, para transporte ambientalmente adequado dos resíduos sólidos urbanos (RSU) domiciliares, comercial e públicos, classe ii a e ii b, coletados no município de Boquim/Se, pelo prazo de **180 (CENTO E OITENTA) dias**, conforme anexos, contratos firmados com outros entes, justificativa, Solicitação da Despesa, Documentação do Contratado, parte integrante desta Dispensa de Licitação.

DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

As compras e contratações das entidades públicas seguem obrigatoriamente um regime regulamentado por Lei.

O fundamento principal que reza por esta iniciativa é o artigo. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, no qual determina que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.

A licitação foi o meio encontrado pela Administração Pública, para tornar isonômica a participação de interessados em procedimentos que visam suprir as necessidades dos órgãos públicos acerca dos serviços disponibilizados por pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas nos campos mercadológicos distritais, municipais, estaduais e nacionais, e ainda procurar conseguir a proposta mais vantajosa às contratações.

Para melhor entendimento, vejamos o que dispõe o inciso XXI do Artigo 37 da CF/1988:

(...)

“XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com

Praça: Dr. José Maria de Paiva Melo, 26 – Centro – CNPJ nº 13.097.068/0001-82
Tel. (79) 3645-1919 CEP 49.360-000 – Boquim/SE



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIM
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

800057

cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. ”

Para regulamentar o exercício dessa atividade foi então criada a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, mais conhecida como Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

O objetivo da licitação é contratar a proposta mais vantajosa, primando pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade. Licitar é regra.

Entretanto, há aquisições e contratações que possuem caracterizações específicas tornando impossíveis e/ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais, frustrando a realização adequada das funções estatais.

Na ocorrência de licitações impossíveis e/ou inviáveis, a lei previu exceções à regra, as Dispensas de Licitações e a Inexigibilidade de Licitação. Trata-se de certame realizado sob a obediência ao estabelecido no art. 24, inciso IV da Lei n. 8.666/93, onde se verifica ocasião em que é cabível a dispensa de licitação:

“Art. 24 É dispensável a licitação:

...

“IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;.”

No caso em questão verifica-se a Dispensa de Licitação com base jurídica no inciso IV do art. 24 da Lei nº 8.666/93, atualizada pelo decreto nº 9.412 de 18 de junho de 2018.

A exigência legal impõe a comprovação da necessidade fática justificada para que possa ser enquadrado nas hipóteses exceção (dispensa) à regra legalmente prevista (licitar), o que restou demonstrado nos autos. Contudo, devem ser observadas algumas cautelas:

Disposições previstas na Lei nº 4.320/64, com relação ao cumprimento do estágio da despesa, dando-se por certo o respectivo empenhamento prévio do valor autorizado, liquidação depois de atestada e, conseqüentemente pagamento;

III – DA JUSTIFICATIVA DA DISPENSA E NÃO OCORRÊNCIA DE FRAGMENTAÇÃO

Diz o art. 26 da Lei 8.666/93, em seu parágrafo único:

Praça: Dr. José Maria de Paiva Melo, 26 – Centro – CNPJ nº 13.097.068/0001-82
Tel. (79) 3645-1919 CEP 49.360-000 – Boquim/SE



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIM
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

000058

“Parágrafo único – O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I – caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II – razão da escolha do fornecedor ou executante;

III – justificativa do preço;

IV – documentos de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados”

Os atos em que se verifique a dispensa de licitações são atos que fogem ao princípio constitucional da obrigatoriedade de licitação, consagrando-se como exceções a este princípio. Assim, este tipo de ato trata-se de ato discricionário, mas que devido a sua importância e necessidade extrema de idoneidade, se submete ao crivo de devida justificativa que ateste o referido ato.

A Carta Magna brasileira em seu art. 225. Estabelece que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Incumbindo aos municípios a responsabilidade pela coleta, transporte e destinação final ambientalmente adequadas dos resíduos sólidos urbanos conforme preceitua a Lei 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos.

O manejo dos resíduos sólidos urbanos é componente do saneamento básico regulamentado pela Lei 11.445/07, constituído pelas atividades de disponibilização e manutenção de infraestruturas operacionais de coleta, varrição, limpeza asseio e conservação urbana, assim como coleta, transporte, transbordo e a destinação adequada dos resíduos sólidos urbanos com seu tratamento e a disposição final dos rejeitos. São serviços que, prestados de forma adequada, contribuem fundamentalmente para a salubridade do meio ambiente com forte impacto positivo sobre a saúde e a qualidade de vida da população.

A melhoria da gestão dos resíduos sólidos urbanos deve se constituir de um ciclo virtuoso de atividades que observe, em ordem de prioridade, conforme regulamentado pela Lei 12.305/10, a não geração, a redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento dos resíduos sólidos e a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos. Deve, ainda, contemplar a sustentabilidade técnica, ambiental, social e econômico-financeira, numa visão de economia circular, que se inicia com a extração da matéria prima e a produção de um bem ou produto, passando por sua distribuição e consumo, até a geração, reutilização e reciclagem dos resíduos, e reintrodução destes na cadeia produtiva, sendo descartados somente os rejeitos.

Praça: Dr. José Maria de Paiva Melo, 26 – Centro – CNPJ nº 13.097.068/0001-82
Tel. (79) 3645-1919 CEP 49.360-000 – Boquim/SE

3/8



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIM
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

000059
2

Diante do Pacto de Preservação Ambiental firmado em **21/08/2023**, entre o Município de BOQUIM/SE e o MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL na defesa do meio ambiente, por meio das medidas preventivas de precaução, repressivas e reparadoras dessa forma a necessidade do acompanhamento de esforços para a erradicação dos problemas e danos ambientais gerados a partir da produção de resíduos sólidos, da manutenção dos lixões e da construção e gerenciamento de aterros sanitários licenciados, há se á necessidade de contratar empresa capacitada e com habilitação jurídica e técnica para a execução.

Nesse mesmo sentido, o art. 3º da Lei n.º 8.666/93, reforça a observância desses princípios e ainda estabelece que a licitação corresponde a procedimento administrativo voltado à seleção mais vantajosa para a contratação desejada pela Administração Pública e necessária ao atendimento do interesse público. Neste caso não é vantajoso só valor, mas o resultado benéfico a população da referida contratação.

A emergência será de 180 (cento e oitenta) dias e logo deverá ser realizado um estudo para identificar como proceder a nova contratação uma vez que será um serviço continuado.

DA RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR OU EXECUTANTE

Em análise aos presentes autos, observamos que foram realizadas pesquisas de preços praticados em outros municípios, em anexo, tendo a empresa **PRIMAZIA EMPREENDIMENTOS EIRELI ME inscrita no CNPJ do MF sob nº. 13.690.374/0001-28**, estabelecida à Rua José Edilson Andrade, 778, Bairro Rosa Elze, CEP: 49.100-000, São Cristóvão/SE, neste ato, representada por seu Sócio-Proprietário, o Senhor **MARIO AUGUSTO LIMA DE JESUS**, RG. 1.533.186 SSP/SE e CPF 027.716.445-17, a empresa sagrada a contratar com valor de o valor de R\$ 24.100,00 (vinte e quatro mil e cem reais) por veículo, e valor global de R\$ 289.200,00 (duzentos e oitenta e nove mil e duzentos reais) para os 180 (cento e oitenta) dias de vigência contratual.

DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

O critério do menor preço deve presidir a escolha do adjudicatário direto como regra geral, dessa forma, é notório que a proposta da empresa supracitada é a mais vantajosa para administração.

Diante das condicionantes, e considerando seu conteúdo altamente casuístico, fica realçada a importância da motivação dos atos do gestor na correta aplicação da dispensa de licitação por emergência. Dessa forma, além da descrição detalhada de todas as circunstâncias fáticas que ensejam o tratamento da contratação como emergência, é necessário apresentar documentos que caracterizem a situação. Não se pode olvidar a exigência de que, além da caracterização da

Praça: Dr. José Maria de Paiva Melo, 26 – Centro – CNPJ nº 13.097.068/0001-82
Tel. (79) 3645-1919 CEP 49.360-000 – Boquim/SE



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIM
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

000060

emergência, seja comprovada a compatibilidade dos preços com os preços praticados no mercado, conforme alertou o TCU no Acórdão 2.019/2010 Plenário:

Acórdão 2.019/2010 Plenário 9.2. alertar à Companhia Energética do Piauí - Cepisa que, quando da realização de dispensa de licitação nos termos do art. 24, inciso IV, da Lei nº 8666/1993, além da caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, deve-se trazer elementos aos autos do processo que demonstrem a compatibilidade dos preços contratados com aqueles vigentes no mercado ou com os fixados por órgão oficial competente, ou, ainda, com os que constam em sistemas de registro de preços, bem como que foi consultado o maior número possível de fornecedores ou executantes, em atenção aos incisos II e III do parágrafo único do art. 26 dessa lei;

No caso em questão verificamos, como já foi dito, trata-se de situação pertinente a Dispensa de Licitação.

De acordo com as diretrizes do Tribunal de Contas da União, como pode ser visto acima, a orientação é que no caso de dispensa e inexigibilidade seja obedecida à coleta de preços, que por analogia deve obedecer ao procedimento da modalidade convite que exige no mínimo três licitantes.

Em relação ao preço ainda, verifica-se que os mesmos estão compatíveis com a realidade do mercado em se tratando de produto ou serviço similar, podendo a Administração adquiri-lo sem qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios.

DA HABILITAÇÃO JURÍDICA E DA REGULARIDADE FISCAL

Nos procedimentos administrativos para contratação, a Administração tem o dever de verificar os requisitos de habilitação estabelecidos no art. 27 da Lei 8.666/93. Porém, excepcionalmente, a lei de regências prevê a possibilidade de dispensa de alguns dos documentos, notadamente, os previstos nos artigos 28 a 31, conforme estabelecido no § 1º do art. 32 da Lei 8.666/93.

A propósito, há recomendação do Tribunal de Contas da União nesse sentido:

“Deve ser observada a exigência legal (art. 29, inciso IV, da Lei nº 8.666, de 1993) e constitucional (art. 195, § 3º, da CF) de que nas licitações públicas, mesmo em casos de dispensa ou inexigibilidade, é obrigatória a comprovação por parte da empresa contratada de:

Certidão Negativa de Débito (INSS - art. 47, inciso I, alínea a, da Lei nº 8.212, de 1991);

Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais (SRF-IN nº 80, de 1997); e

Certificado de Regularidade do FGTS (CEF) (art. 27 da Lei nº 8.036, de 1990). Acórdão 260/2002 Plenário.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIM
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

900061

Resta deixar consignado que a contratada demonstrou habilmente sua habilitação jurídica e regularidade fiscal conforme documentação em anexo.

DO CONTRATO – MINUTA

Visando instruir a Dispensa de Licitação do Processo Administrativo em epígrafe, definindo claramente as obrigações das partes, esta CPL vem justificar a Minuta por se tratar de SERVIÇOS DE CARÁTER ESSENCIAL.

CONCLUSÃO

Com base nas considerações acima, submeteremos o processo administrativo à análise da Procuradoria deste Município, a qual emitirá parecer jurídico que será oportunamente juntado aos autos, nos termos do artigo 38, VI da Lei n.º 8.666/93, bem como análise da minuta contratual nos termos do parágrafo único do referido artigo, cabendo análise e avaliação quanto aos aspectos legais e jurídicos que fundam a Contratação, assim como a análise criteriosa da fundamentação sugerida.

- A proposta da empresa com item vencedores apresentou o valor de **R\$ 24.100,00 (vinte e quatro mil e cem reais) por veículo, e valor global de R\$ 289.200,00 (duzentos e oitenta e nove mil e duzentos reais)** para os 180 (cento e oitenta) dias de vigência contratual.
- **Unid. Orçamentária:** 1106 - Sec. Municipal de Obras, Urbanismo e Serviços de Utilidade Pública
- **Função:** 15 - Urbanismo
- **Subfunção:** 452 – Serviços Urbanos
- **Programa:** 3 – Promovendo o Desenvolvimento Urbano e Rural
- **Projeto/Atividade:** 2032 – Manutenção de Serviços Públicos Diversos
- **Classificação:** 3390390000 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica
- **Fonte:** 1500.0000 – Recursos Não Vinculados a Impostos
- **Subelemento:** 13 – Locação de Bens Moveis e outras naturezas e intangíveis

Considerando a justificativa da **SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, URBANISMO E SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA**, onde nos relata “a necessidade de locação de dois veículos tipo caminhões toco com coletor compactador de lixo para melhorar o processo de coleta de resíduos domiciliares e comerciais, inclusive a coleta seletiva, no município de Boquim/Se, de modo a cumprir o pacto pelo meio ambiente, com a adequada destinação final do resíduos, uma vez que o município tem apenas 01 (um) caminhão compactador de pequeno porte que não atende a demanda existente, seja do ponto de vista de sua capacidade, seja do pontos de vista de necessidade de interrupções dos serviços em razão de constantes manutenções.

Considerando que, o local de descarte dos resíduos não será no próprio município, sendo assim demandará um maior tempo no transporte dos resíduos, que por sua vez acarreta a coleta.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIM
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

800062
20

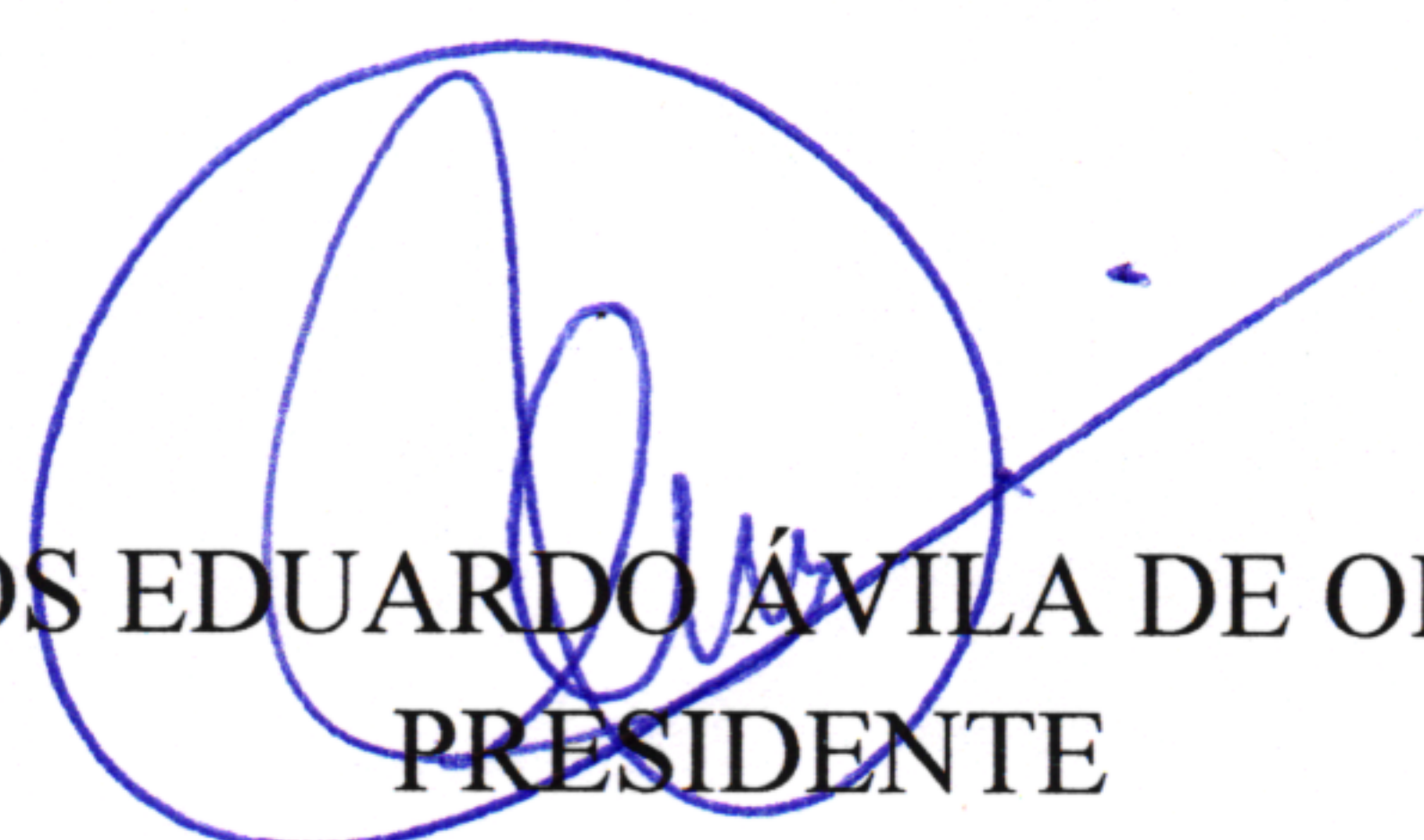
Considerando que não há motivos legais nem de outra ordem que impeçam a deflagração e continuidade do processo em comento pugnamos pelo prosseguimento do feito em respeito aos interesses municipais. o valor a ser empenhado em 2023 será 585.689,66 correspondente a três meses e dez dias.”

A contratação terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, observando-se os princípios do interesse público, da continuidade dos serviços públicos, da economicidade, do termo de referência dentre outros, com o objetivo de atendimento da população deste município, podendo ser rescindido a qualquer tempo quando da finalização da licitação a ser precedida.

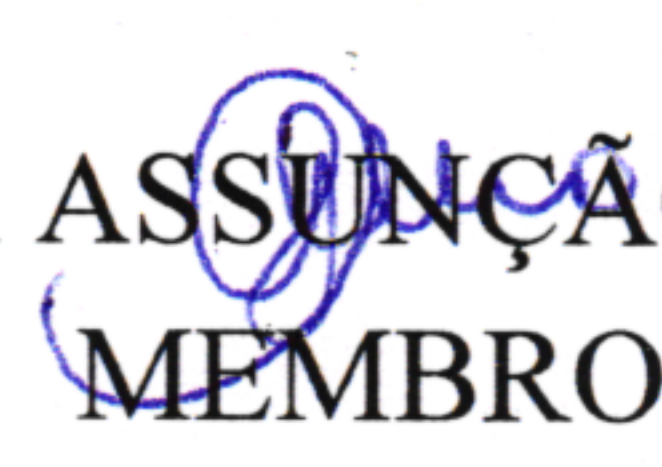
E, portanto preenchidos os requisitos do art. 24, inciso IV, da Lei 8.666/93, em sua atual redação, e elucidação de possíveis contestações, e documentação apresentada, encontra-se a Administração Pública Municipal apta a realizar a contratação pela via direta junto a empresa **PRIMAZIA EMPREENDIMENTOS EIRELI ME, inscrita no CNPJ do MF sob nº. 13.690.374/0001-28.**

Com estas razões fáticas e jurídicas, submetemos, pois, está Justificativa ao Sr. Prefeito Municipal, para, querendo, ratificá-la, encaminha estes autos a Procuradoria Geral do Município para emissão de Parecer Jurídico quanto à prestação de serviço acima citado, determinando a sua publicação no prazo determinado pela Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública, no Diário Oficial de Boquim, como **condito sine qua non** para validade deste ato.

Boquim/SE, 03 de outubro de 2023.


CARLOS EDUARDO ÁVILA DE OLIVEIRA
PRESIDENTE


MARILENE ALMEIDA DE MENEZES
MEMBRO


GABRIELA ASSUNÇÃO OLIVEIRA
MEMBRO

EDVALDO ROCHA DA SILVA
MEMBRO



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIM
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

000063

FERNANDO SANTOS ANDRADE
MEMBRO

RATIFICO os termos da Justificativa da Comissão de Licitação, por estar a mesma, em conformidade com o art. 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93.

Boquim/SE 03 de OUTUBRO de 2023

ERALDO DE ANDRADE SANTOS
Prefeito Municipal
Contratante